

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

INFOMEMÓRIAS, SABERES ANCESTRAIS, CANDOMBLÉ: EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

INFOMEMORIES, ANCESTRAL KNOWLEDGE, CANDOMBLÉ: DECOLONIAL EPISTEMOLOGIES FOR AN ANTIRACISM EDUCATION

Dulce Edite Soares Loss - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Carlos Xavier de Azevedo Netto - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os saberes ancestrais apreendidos no universo dos terreiros de Candomblé por meio de infomemórias em uma Pedagogia do ritual, são epistemologias decoloniais, que contribuem para a uma educação antirracista no ambiente escolar. O objetivo desse estudo é identificar os saberes ancestrais do Candomblé, com suas epistemologias próprias, contribuindo para uma decolonização no ambiente escolar tendo como ferramenta a Lei 10.639/2003. Com uma abordagem qualitativa exploratória, a produção de dados constou de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórica, seguida de entrevistas com três membros de terreiro. Os resultados apresentados apontam que os saberes ancestrais no Candomblé e seu processo informacional, com epistemologias próprias, são constituídos de diversas modalidades e por não estarem aprisionados pelo racionalismo e pelo cientificismo ocidental colaboram para uma decolonização no currículo escolar. Concluímos que em relação à valorização do saber ancestral negro presente no Candomblé a aplicação da Lei 10639/2003, se executada de modo eficaz, pode atuar pedagogicamente para a construção dos currículos escolares, que garantam direitos iguais entre saberes ocidentais e saberes de uma cultura africana e afro-brasileira, colaborando para uma decolonização epistemológica em uma educação antirracista.

Palavras-chave: infomemórias; decolonialismo; saberes ancestrais; candomblé; epistemologia.

Abstract: The ancestral knowledge learned in the universe of Candomblé through infomemories in a Pedagogy of Ritual is a decolonial epistemology that contributes to anti-racist education in the school environment. The objective of this study is to identify the ancestral knowledge of Candomblé, with its own epistemologies, contributing to decolonization in the school environment using Law 10.639/2003 as a tool. Using an exploratory qualitative approach, data production consisted of theoretical bibliographic research, followed by interviews with three terreiro members. The results indicate that ancestral knowledge in Candomblé and its informational process, with its own epistemologies, are constituted by diverse modalities and, because they are not imprisoned by Western rationalism and scientism, contribute to decolonization in the school curriculum. We conclude that in relation to the valorization of ancestral black knowledge present in Candomblé, the application of Law 10639/2003, if implemented effectively, can act pedagogically for the construction of school curricula, which guarantee equal rights between Western knowledge and knowledge of an African and Afro-Brazilian culture, collaborating for an epistemological decolonization in an anti-racist education.

Keywords: infomemories, decolonialism; ancestral knowledge; candomblé; epistemology.

1 INTRODUÇÃO

Interessa discutir neste estudo sobre uma decolonização epistemológica de saberes ancestrais, pertencentes ao Candomblé, em que infomemórias são disseminadas nas relações interpessoais, do cotidiano de uma comunidade de àçê, por meio de uma pedagogia do ritual. A intenção se justifica pelo fato de que a epistemologia desses saberes, na visão dos pesquisadores, contribui para uma educação antirracista no ambiente escolar. Na perspectiva da Ciência da Informação, Geysa Nascimento e Carlos Xavier de Azevedo Netto (2016), afirmam que a revelação da memória, enquanto guardiã do passado, se dá por meio da representação do conhecimento, sendo essa um atributo infomemorial.

A educação antirracista tem como objetivo combater o racismo dentro e fora da escola, por meio de uma abordagem de ensino que valoriza a diversidade étnico-racial, incluindo a história e a cultura reforçando a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na construção do Brasil (Rodrigues, 2023). Para Elaine Cavalleiro (2003, p. 9) os gestores e professores deveriam debater, entre eles e com seus alunos, sobre todas as formas de racismo e seus desdobramentos em um ambiente escolar visto que, uma educação antirracista possibilita “a promoção de uma educação igualitária, compromissada com o desenvolvimento do futuro cidadão”.

Ao abordamos os saberes ancestrais africanos e relacioná-los a uma epistemologia decolonial estamos nos referindo a um processo informacional nos espaços de terreiro em que movimentos de resistência - sejam eles de ordem epistêmica, cultural, prática e/ou política, se estruturam a partir de questionamentos de uma lógica da Modernidade/Colonialidade que moldou relações de poder e conhecimento em escala global, inferiorizando outras formas de saber e saberes produzidos por povos colonizados (Quijano, 1988).

Nesse contexto, a epistemologia decolonial preconiza uma reflexão a respeito do paradigma euro central presente na produção científica global, e outras estruturas de poder ligados ao saber, no estudo em tela nas escolas públicas e particulares, contribuindo com diferentes discussões dentro da Ciência da Informação (CI).

Dito isso, na CI, as infomemórias presentes na socialização do cotidiano de um terreiro de Candomblé têm um papel importante no sentido de conhecimento comunicado na sociedade do santo, no qual entendemos o conhecimento como sendo construído com base

na percepção da estrutura de uma comunidade de *àşę*, ou seja, com base na informação (Wersig; Neveling, 1975) produzida, distribuída e consumida nas relações interpessoais.

Para Regina Marteleto (1986, p. 51), a informação se apresenta “como um fenômeno construído socialmente através das relações sociais em seus diferentes níveis e ambientes constituindo um produto das relações sociais geradas em um contexto histórico/social definido”. Nesse contexto, as infomemórias sobre os saberes ancestrais dos povos étnicos, presentes no histórico/social do Candomblé, são um caminho de decolonização epistemológicas que poderia promover mudanças comportamentais, moldando uma sociedade na qual o povo de santo¹ gostaria de viver, e em um lugar onde todos os seres humanos com seus saberes e suas culturas fossem valorizados.

Os saberes ancestrais atravessaram o Atlântico, resistiram (em alguma medida) ao processo de aculturação imposta pelos colonizadores, e mesmo vulnerável às transformações do tempo, ainda hoje, podem ser percebidos no processo informacional de narrativas, memórias, ritos, mitos, cânticos e outras manifestações culturais existentes no cotidiano dos terreiros de Candomblé. Embora reinventados e/ou reelaborados, os saberes ancestrais trazem em seu bojo informações com aspectos de uma África mítica, em que o inconsciente ancestral africano persiste (Loss, 2020).

Dito isso, expor infomemórias sobre saberes ancestrais no Candomblé é um meio de transgredir diariamente a colonialidade que movimenta vidas na sociedade contemporânea. É resistir e reexistir no cuidado com a memória ancestral da mãe África que tece não apenas o culto a ancestralidade - Candomblé -, mas a própria existência do povo preto no mundo.

Os saberes ancestrais, elementos de uma cultura africana que chegaram ao Brasil no período colonial foram e são renegados até os dias de hoje em várias instâncias públicas e privadas. Entre elas, estão às escolas em cujos currículos o conhecimento ainda enaltece o colonizador branco, e, agravando a situação, apresentam informações que reforçam os traumas coloniais, o racismo e o apagamento dos povos originários - no caso do Brasil, o apagamento da cultura indígena e negra. Nesta lógica, concordamos com Anibal Quijano (1998), quando este afirma que de certo modo, vivemos ainda sob os signos da colonização, contemporizados pela colonialidade.

Considerando este cenário, com o intuito de fornecer informações sobre os saberes

¹ Modo como os praticantes se identificam.

ancestrais como constructo para uma decolonização nos currículos escolares, levantamos o seguinte questionamento: em que medida os saberes ancestrais e epistemologias inerentes ao Candomblé são capazes de apontar alternativas para processos de decolonização do saber no ambiente escolar? Quais são estes saberes?

Destaca-se que os saberes apreendidos no cotidiano de um terreiro, empiricamente oriundas de conhecimentos ancestrais africanos, são anteriores à própria fundação da escola. Ao propormos uma decolonização, destes saberes em seus ambientes compreendemos que a Lei 10.639 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em escolas públicas e privadas, é fluxo de informações e constitui um forte instrumento para um declínio do preconceito racial entre jovens e adolescentes nestes ambientes, contribuindo para uma sociedade antirracista ao “positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistências” (Andrade, 2005, p. 120).

Sendo assim, o objetivo geral deste artigo é identificar os saberes ancestrais do Candomblé, com suas epistemologias próprias, contribuindo para uma decolonização do saber no ambiente escolar, tendo como ferramenta a Lei 10.639 (Brasil, 2003).

Compreender a dinâmica dos saberes ancestrais apreendidos por meio da informação no cotidiano do Candomblé, especialmente no contexto das instituições escolares da sociedade contemporânea, e refletir sobre uma cultura de sujeitos historicamente oprimidos e constantemente violentados em suas identidades, revela-se de suma importância. Isso porque a decolonização desses saberes, amparada pela Lei 10.639 (Brasil, 2003), abre espaço para a inclusão de diferentes formas de conhecimento na história da cultura religiosa do negro africano, contribuindo para o enfrentamento e a superação do racismo.

2 COLONIZAÇÃO/DECOLONIZAÇÃO NO ENSINO ESCOLAR, LEI 10.639/2003

Desde os primórdios, a escrita da história da humanidade sempre foi contada pelos vencedores e, não raro, ganhava contornos e narrativas superestimadas, contadas pelos europeus (auto) proclamados conquistadores e heróis da civilização, se tornando uma “marca” na história do mundo.

O que os escritores não revelam em seus relatos, e quando revelam tendem a se justificar, é o rastro de sangue deixado pela colonização. Salientamos que ao mencionar a expressão “um rastro de sangue”, não estamos utilizando de uma metáfora, já que as

informações sobre os povos originários, entre eles os africanos, sequestrados e levados escravizados nos porões dos navios tumbeiros, onde a morte frequente sempre revela o genocídio de um povo.

Sendo assim, a colonização no Brasil deixa o legado do racismo (Quijano, 1998). Na sua jornada, este legado fará parte do esboço civilizatório da modernidade, surgindo, sobretudo, como um paradigma ocidental eurocêntrico ligado ao universalismo branco assegurando a disseminação das mais variadas formas de desigualdade (Dussel, 1993). O racismo, segundo Anibal Quijano (1998), foi à peça central desse paradigma e, ainda hoje, segue desumanizando os sujeitos não brancos arrematando e consolidando as atrocidades da tragédia colonial.

Ao concebermos a escola como espaço formal de educação, entendemos que, como instituição, ela pode e deve incluir em seu currículo elementos que viabilizem informações sobre os saberes ancestrais no Candomblé. A introdução e interação desses saberes, com suas informações epistemológicas, no ambiente escolar promoverão, no mínimo, discussões capazes de reduzir, tanto quanto possível, o racismo e o racismo religioso. Assim,

[...] enquanto instituição, a escola tem o papel de organizar, socializar e transmitir conhecimentos. Em suas diversas dimensões, o patrimônio cultural afrobrasileiro traz possibilidades educativas para as relações étnico-raciais. Desse modo, ele se constitui como uma fonte para a desconstrução da discriminação do negro e sua cultura. Além de que, é um veículo de rompimento da colonização do saber construída pela ótica europeia, a qual historicamente tem imposto relações assimétricas em que os negros são inferiorizados (Foster; Silva; Silva; Custódio, 2017, p. 129).

Na citação dos autores, em que eles afirmam o papel das escolas, compreendemos que, como patrimônio cultural afrobrasileiro, os saberes ancestrais africanos são epistemologias decoloniais, que envolve uma Pedagogia do ritual, e tem muito a contribuir para o combate à discriminação do negro e sua cultura.

Com métodos próprios de aprendizagens e ensinamentos, diferentes da referência escolar – instituição social cujo conceito se baseia na construção e socialização de conhecimentos por meio de uma didática previamente estabelecida, muitas vezes desconectada da vida e da pluralidade de identidades –, a pedagogia do ritual nos espaços de terreiro ocorre na circularidade, fundamentando seus saberes na oralidade e na experiência de seus rituais realizados nas relações sociais cotidianas. Trata-se de um processo informacional vivenciado pelo pai ou mãe de santo, ou na presença de um mais velho com cargo hierárquico legitimado (Loss, 2020).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Por conter uma materialidade própria do complexo social do negro oriundo da África antiga, os saberes ancestrais no Candomblé são compostos de essência mítica (preexistente e divindades) e os ancestrais de essência histórica (família), o que em uma perspectiva decolonial indica uma valorização dos domínios sociais e culturais desses complexos civilizatórios configurado no período colonial com imagens estereotipadas sobre o continente africano e seus povos.

Uma gama de saberes estão presentes no cotidiano dos terreiros. Estes saberes poderiam ser abordados na escola como epistemologias decoloniais fortalecendo uma educação antirracista. Além disso, poderiam ser abordadas, por exemplo, os saberes de uma alimentação sagrada, o respeito aos mais velhos e a natureza, a ética nesses espaços, saberes de uma mitologia africana, saberes de folhas; saberes da música e dança; saberes da linguagem procedente dos valores civilizatórios de uma tradição histórica africana – visto que os demais saberes são preservados pelo uso do segredo nesses espaços (Loss, 2020).

Nesse cenário, dimensionando um terreiro de Candomblé como um espaço de circulação de significados, saberes e sentidos, uma pergunta nos inquieta enquanto doutoranda em Ciência da Informação, levando-nos a um novo questionamento: por que não levar para dentro das escolas informações sobre os saberes ancestrais? Observa-se que a cultura afro-brasileira é tema recorrente na contemporaneidade, suscitando a produção e disseminação de fontes informacionais subsidiárias às discussões inerentes ao assunto, sobretudo por conta da Lei 10.639 (Brasil, 2003).

A lei citada foi uma vitória do movimento negro, que por meio do regime da informação resultou em um intenso processo de luta e mobilização contra uma pedagogia excludente do ponto de vista étnico racial, surgindo num contexto em que o diálogo progressista era uma realidade no Brasil. A aprovação da Lei 10.639 (Brasil, 2003) une-se a outras Leis já existentes no território brasileiro que trabalham a categoria “raça”, tal como a Lei das cotas raciais, Lei 12.711/2012, para acesso às universidades públicas, dentre outras.

Maria Nélide González de Gomez (2012, p. 2) define o regime de informação como “o modo informacional dominante em uma formação social”. Desta forma, o regime de informação serve para reconstruir os “modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturas preferenciais das relações de poder”.

Na visão de Nilma Gomes (2012), a Lei 10.639 (Brasil, 2003) representa a possibilidade

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

de uma mudança epistemológica e cultural no trato das questões étnico-raciais, incluindo, aí, a formação docente e os currículos. Para a autora, a Lei questiona os currículos colonizados e exige novas narrativas informacionais sobre os(as) africanos(as) e afro-brasileiros(as) em nossa história.

Na atualidade, a visibilidade desta Lei ocorre, em geral, apenas no mês de novembro, em virtude das comemorações da Consciência Negra, que acontecem no dia 20 deste mês. Nessa ocasião, nos espaços escolares, a abordagem sobre a cultura negra é frequentemente apresentada de forma caricatural e folclorizada. As atividades propostas e realizadas pelos educadores tendem a assumir um caráter de celebração criticamente vazia e a-histórica que pouco ou nada contribuem para a efetiva inclusão da história do negro na cultura escolar e consequentemente a quebra do racismo/racismo religioso.

Nesse contexto, ampliar no espaço escolar o debate sobre a cultura africana, por meio da Lei 10.639 (Brasil, 2003), resgataria o valor de outros paradigmas com epistemologias próprias que foram excluídos pelo paradigma de matriz eurocêntrica. Salientamos que pensar a educação escolar numa perspectiva decolonial não implica abandonar/condenar o pensamento ocidental ao esquecimento, mas sim possibilitar a coexistência pacífica entre diferentes saberes sem conjecturar uma hierarquização dos mesmos.

Em seus estudos pós-coloniais sobre a identidade negra Frantz Fanon (2006, 2008) afirma que só haverá uma transformação social do povo negro quando todas as estratégias e práticas discriminatórias de cunho racista herdadas do passado escravocrata – como a marginalização, a negação, a invisibilização, a demonização e a folclorização – forem reconhecidas e informadas no seu contexto.

Sendo assim, consideramos importante promover a discussão sobre uma pedagogia decolonial no modelo curricular eurocêntrico, visando à legitimação dos saberes ancestrais, à luz da Lei 10.639 (Brasil, 2003), como forma de reconhecê-los e torná-los visíveis. Entretanto, vale assinalar que para maior eficácia dessa Lei deve-se buscar uma abordagem histórica contextualizada que coloque em pauta informações sobre a diversidade cultural que formaram a nação brasileira, uma vez que a cultura negra e indígena na escola é silenciada, quando não, homogeneizada.

O sociólogo e professor doutor emérito da UFRJ, Muniz Sodré (2012), a respeito dos saberes ancestrais no Candomblé, afirma que é necessário reinventar a educação e decoloniza-la para a quebra de um racismo no ambiente escolar. Para o autor é hora de um

outro olhar sobre a educação, uma vez que a escola fortalece o preconceito com seu modelo curricular eurocêntrico. Na sua visão, o que se comete todos os dias é o epistemicídio/semicídio, uma agressão à cultura negra e a todo tipo de conhecimento e/ou cultura que não seja a branca. “Epistemicídio” é um conceito elaborado pelo professor português Boaventura de Souza Santos que trata da destruição de formas de conhecimento e culturas que não são assimiladas pela cultura do ocidente branco.

Para o professor de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Mario Augusto Medeiros da Silva, a não valorização dos seres humanos negros fortalece o racismo dando origem a um ciclo vicioso que leva ao esquecimento das contribuições científicas trazidas por pessoas negras. Segundo o professor, "uma faceta muito cruel do racismo é a perda da memória, a memória coletiva e social. Se a gente não tem a memória científica de pessoas negras, a gente diz que elas nunca existiram e pessoas que hoje estão na universidade não têm em quem se espelhar. Isso é muito grave", comenta o professor (Mateus, 2019).

Já Russo e Almeida (2016), defendem o desenvolvimento de uma pedagogia decolonial no sentido de desconstruir visões e práticas discriminatórias sobre o racismo, a intolerância religiosa e a desigualdade racial tão presentes na nossa sociedade contemporânea, possibilitando propostas pedagógicas decoloniais com um fluxo de informações em uma perspectiva de novos caminhos de transformação.

3 DESENHANDO UM PANORAMA METODOLÓGICO

Com uma abordagem qualitativa exploratória a nossa pesquisa tem como base um conjunto de dados que não devem ser mensurados, uma vez que “se preocupa em compreender o universo dos significados presentes nas ações humanas”, que se encontra situado socialmente e espacialmente (Bufrem; Alves, 2020, p. 53).

As pesquisas exploratórias, segundo Antônio Gil (2017), “tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador” (Correia; Loss; Alves; Azevedo Neto, 2024, p. 5).

Ancorada na CI, tendo a informação como “conhecimento em ação” (Wersig, 1993), os procedimentos metodológicos abrangem revisão de literatura, com o intuito de investigar e analisar sobre um tema selecionado nesta área de conhecimento. De acordo com Louise

Botelho, Cristiano Cunha e Marcelo Macedo (2011), a revisão de literatura é identificada como o primeiro direcionamento para a construção do conhecimento científico; ou seja, é por meio desse processo que novos estudos surgem devido à necessidade de se realizar um levantamento sobre as marcas que foram identificadas, bem como as lacunas encontradas sobre o assunto em pesquisa. Dito isso, a presente pesquisa abrangeu um conjunto de informações e dados contidos em documentos impressos, artigos, dissertações, teses e livros publicados que colaboraram no desenvolvimento da mesma.

A metodologia ainda constou de entrevista semiestruturada aplicada em três sujeitos iniciados no Candomblé. Em relação às entrevistas semiestruturadas elas favorecem “não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, p. 152). Foram entrevistados dois *Bàbálorisás* de nação *Ketu* e uma *Èkéjì* de nação Jeje. Os participantes são codificados pelos nomes das divindades aos quais foram iniciados. Para este artigo preservamos a língua *yorùbá* assim como o termo *Òrìṣà* para defini-los.

No levantamento efetuado, os teóricos enfocados foram: informação, Marteletto (1986), Wersig (1993); Wersig e Nevelling (1973); Muniz Sodré (2012); saber Jupiassu (1986); a Lei 10.639 (Brasil, 2003), Gomes (2012) dentre outros, que consideram a temática como uma construção socialmente e temporalmente circunstanciada. Dentre os conceitos utilizados: informação, decolonização, Lei 10.639 (Brasil, 2003), saberes ancestrais.

3.1 Saberes Ancestrais: Informações Decolonizando um Racismo Religioso

Nas religiões de matriz africana os saberes ancestrais, que chegaram com grupos étnicos na diáspora são socializados na oralidade, por meio de um processo informacional no cotidiano de um terreiro. Repassadas de geração a geração, envolve memórias ancestrais ligadas a tradições seculares, no exercício da ação cotidiana, que ao serem produzidos e disseminados na circularidade, veiculam uma cultura negra religiosa - o que pode ser considerado um processo de sociabilidade pedagógica (Ginzburg, 1987).

Numa dimensão epistemológica, o conceito de saber significa, “todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino” (Japiassu, 1986, p. 15). No sentido lato, o autor afirma que este conceito pode ser empregado ao aprendizado

de ordem prática (saber fazer) e, ao mesmo tempo, às determinações de ordem intelectual ou teórica. Neste trabalho, abordaremos a face contrária apresentada pelo autor visando um ângulo ampliado que considere ambas as dimensões, intelectual e prática, relevando a multiplicidade dos saberes ancestrais que circulam no processo informacional no cotidiano do terreiro.

Sergio Martinic (1994, p. 71, tradução nossa), afirma que o saber que aflora em um cotidiano está estreitamente ligado à ação e à prática cultural dos sujeitos, em que “o conhecimento expressa o que um grupo ou sociedade institucionaliza socialmente como real”. Nesta perspectiva, vemos no depoimento de nossa entrevistada *Oya*², os saberes ancestrais existentes no cotidiano de um terreiro aplicado em uma decolonização.

[...] como professora, e praticante da religiosidade os saberes ancestrais que seriam indicados para ser abordado nas escolas seriam os que englobam as comidas ofertadas aos deuses, o que significa a comida, porque se oferece comida ao *Òriṣà*. O saber das músicas, quando elas são cantadas e porque são cantadas, e os saberes da dança visto que as músicas contam histórias dos mitos e na dança são feitos movimentos que contam quem são os *òriṣàs* e a energia que eles regem, e um saber importante é porque se usa o branco na sexta-feira (*Oya*).

Perante o relato de *Oya*, compreendemos que os saberes ancestrais africanos para uma decolonização nos currículos escolares não apresentam uma única forma de conhecimento, e sim múltiplas formas de saberes, sendo “uma rede tecida pela história desses povos” (Caputo, 2012, p. 10). Ao se referir a uma comida a ser ofertada às divindades, nos remetemos aos estudos de Raul Lody (2004) em que ele afirma que a comida é central no *Candomblé*, visto que estabelece vínculos e processos de comunicação entre homens, divindades, ancestrais, natureza e objetos.

Destaca-se que uma abordagem dos conteúdos escolares a partir de uma pedagogia decolonial poderia evidenciar a comida a partir da influência da cultura africana nos alimentos trazidos pelos negros escravizados que estão nas mesas dos brasileiros, como o inhame, o quiabo, o feijão fradinho entre outros (Querino, 2008). E ainda na culinária regional as comidas ofertadas aos deuses como, por exemplo, o acarajé, o abará, caruru dentre outros presentes nos cardápios de vários restaurantes e lanchonetes na Bahia e no Rio de Janeiro.

Já a música, a dança e os mitos, são expoentes nas religiões africanas, pois contam histórias da mitologia africana, constituindo outro saber em um processo de decolonização

² Èkèjì de Òṣósi, filha do Òriṣà *Oya*, nação Jeje.

escolar. Todos os deuses diante da mitologia têm seus ritmos próprios que expressam uma simbologia mitológica dos elementos que os regem.

Sobre esses ritmos, temos: o *adarrum*, característico de *Ògún*, *Òrìṣà* da guerra, rápido e contínuo; *aguerê*, de *Ọ̀ṣọ̀ṣì*, *Òrìṣà* da caça, acelerado, cadenciado; *opaninjé*, de *Ọ̀mọ̀lu*, senhor da terra, pesado e lento; *alujá*, de *Ṣàngó*, senhor da justiça, quente, rápido, que expressa força e realeza; *ijexá*, de *Oṣun*, senhora das águas doces, calmo, balanceado; *agó*, *ilu* ou *aguerê*, de *Oyá*, senhora dos ventos e tempestades, rápido, repicado e dobrado, considerado o ritmo mais rápido do Candomblé; *sató*, de *Nàná* Buruku, senhora do barro, vagaroso, pesado e lento; *jíkà* para Yemoja, um ritmo lento, que marca os passos da divindade; *igbin* de *Ọ̀ṣàlùfàn*, um ritmo lento e, ao mesmo tempo, contínuo (Loss; Azevedo Netto, 2023).

Para uma decolonização é fato que a cultura africana contribuiu, a partir dos ritmos africanos, para o surgimento do samba, a princípio, ao som dos atabaques trazidos pelos negros escravizados. Os registros informacionais sobre o samba afirmam que ele surgiu no Rio de Janeiro no começo do século XX, e ganha forma e voz no terreiro de Tia Ciata, uma mulher negra, mãe de santo, conhecida como a “matriarca do samba”. Inicialmente, o samba brasileiro foi alvo estigmatizado e de intenso preconceito, devido ao forte racismo na época, sendo criticado pela imprensa e reprimido pela polícia (Alvito, 2013).

Sobre as vestimentas, “o vestir branco” nas sextas feiras, elas são usadas em reverência ao *Òrìṣà Ọ̀ṣàlùfàn*, *divindade* que criou o mundo. *Para, além disso*, o currículo escolar pode informar que elas são parte de uma comunidade e tem um sentido de pertença de uma sociedade, formadora da cultura brasileira.

Nosso entrevistado *Ògún*³ nos revela que entre os saberes mais importantes no Candomblé para uma decolonização, “o respeito ao mais velho, a ética e a preservação da natureza, são aqueles que primeiro se aprende ao adentrar no Candomblé”. Em uma comunidade de *àṣẹ* o respeito aos mais velhos, é um dos pilares da religião, e se se torna condição primária ao se adentrar em seus espaços para que o futuro *Ìyàwó* (*iniciado(a) na religiosidade*) se torne um *agbá*, ou seja, um velho respeitável e sábio.

A ética é construída a partir da relação entre o(a) adepto(a) e o seu *Òrìṣà*, pois é em torno deles que irá se formar um código de conduta presente na mitologia africana. Já a preservação da natureza, é um dos saberes mais importantes na cultura religiosa do povo

³ Bàbálorisá, nação Ketu.

negro, pois ela é sagrada e os *Òrìṣàs* cultuados são mais do que representações de forças naturais – eles são a própria natureza. Este saber se referenciado pela Lei 10.639 (Brasil, 2003), pode abordar na data de 5 de junho, dia mundial do meio ambiente, que o ato de preservação do meio ambiente para os praticantes da religiosidade se torna uma reverência à própria essência divina do universo que o constitui.

Ainda sobre os saberes no cotidiano de um terreiro, “saberes de uma folha é fundamental, saber qual a folha que você deve usar em um banho, saber de horas certas para colher nas matas, saber entrar e sair das matas, isto é visto como saber respeitar a natureza” (*Şàngó*⁴).

O destaque do saber das folhas citado por *Şàngó* como fundamental se dá por elas terem presença em todos os rituais no Candomblé. Tem um ditado em *yorùbá* que diz *Kó sí ewé, kó sí Òrìṣà!* (Sem folha não há *Òrìṣà!*). Esse saber requer outros saberes interseccionados, pois, ao se dirigir às matas para a colheita das folhas, deve-se ter conhecimento dos procedimentos a fazer que envolva horários, os porquês desses horários, rezas para pedir licença para entrar na mata e rezas ao *Òrìṣà* que autoriza colhê-las.

No uso da Lei 10.639 (Brasil, 2003) o repasse de informações na decolonização de um currículo sobre o uso de plantas sagradas, folhas e raízes, para além de atender aos aspectos litúrgicos das casas-de-santo, poderá somar às informações, o caráter fármaco botânico, empírico e individual (Barros, 1983; Verger, 1995; Camargo, 1988), nelas contidas, pois a cultura africana trouxe para o Brasil folhas como o boldo, erva-doce, camomila, alcachofra, gengibre e babosa (Camargo, 1988) entre outras que são utilizadas na medicina tradicional e alternativa. O conhecimento dessas plantas pelos pais/mães de santos atende não só as ritualísticas do culto, mas também as pessoas que buscam recursos fitoterápicos, feitos por essas lideranças, em um terreiro de Candomblé por meio de xaropes, chás, emplastos e beberagens com fins medicinais.

Diante do exposto, as informações sobre os saberes ancestrais se constituem um acervo de conhecimentos culturais africanos ressignificados ao longo da história, que ao ser disseminado pela Lei 10.632 (Brasil, 2003) em uma pedagogia decolonial, poderá ser o instrumento para uma reparação diante da história dos povos negros, contribuindo para

⁴ Bábálorisá, nação Ketu.

fortalecendo a desconstrução de “olhares” racistas permitindo ao povo negro entrar na história como sujeitos ativos em uma retomada histórica decolonizadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes ancestrais e suas epistemologias presentes no Candomblé oferecem informações significativas para a decolonização do saber nos currículos escolares. A escola ao abordar os saberes ancestrais contribuirá com processos de decolonização comprometida com o desenvolvimento da autoestima negra, valorizando uma diversidade cultural e o conhecimento oriundo da diáspora negra pelos diversos grupos étnicos formadores da cultura brasileira desafiando uma visão eurocêntrica contida no ambiente escolar.

É possível constatar que, na contemporaneidade, a correlação entre colonialidade e modernidade continua impactando negativamente nos currículos escolares – visto que a História da cultura do negro é pouco abordada, e quando isto acontece cai em uma folclorização que resulta em apagamento cultural do negro.

As diversas modalidades dos saberes ancestrais africanos tais como, a comida, a música, as folhas dentre outros citados no texto não estão aprisionadas pelo racionalismo e pelo cientificismo ocidental. Sendo assim, a sua incorporação no âmbito escolar, diante dos estudos realizados, contribui para a construção de currículos mais inclusivos, reconhecendo e valorizando a pluralidade de conhecimentos presentes em uma pedagogia do ritual no Candomblé. Porém, a inclusão desses saberes deve ser feita de forma cuidadosa, evitando a banalização desses conhecimentos.

Concluimos que em relação aos saberes ancestrais presente no Candomblé, a Lei 10.639 (Brasil, 2003) ao ser aplicado de modo eficaz atuará pedagogicamente na construção dos currículos escolares garantindo informações para direitos iguais entre saberes ocidentais e saberes de uma cultura africana e afro-brasileira, colaborando para uma decolonização epistemológica em uma educação antirracista.

Diálogos entre gestores, professores e alunos brancos e negros se faz indispensável nesse intento, pois como nos ensina um provérbio africano: “enquanto os caçadores contarem as histórias, os leões serão sempre os vencidos”, ou seja, enquanto os povos escravizados não contarem suas histórias, a colonização será sempre a vencedora.

Esperamos que a temática abordada neste artigo ganhe novos horizontes no meio acadêmico abordando, entre elas: a) informações sobre os mitos africanos, decolonizando o

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

racismo/racismo religioso; e b) Ubuntu, Filosofia Africana: Informações para uma Decolonização.

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. Professor samba. **Revista de história da Biblioteca Nacional**, v. 9, n. 97, out. 2013.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a autoestima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 111-118.

BARROS, José Flávio Pessoa. **O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no Candomblé Jêje-Nagô do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 1983.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" [...]. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BUFREM, Leilah Santiago; ALVES, Edvaldo Carvalho. **A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 121-36, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso janeiro de 2025.

CAMARGO, Maria Thereza de Arruda. **Plantas medicinais e de rituais afrobrasileiros**. São Paulo: ALMED, 1988.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos Terreiros: como a escola se relaciona com crianças no candomblé**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CORREIA, Tania Maria da Silva; LOSS, Dulce Edite Soares; ALVES, Edvaldo Carvalho; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Agbara Obinrin: Candomblé, Informação, Relações de Gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., Vitória, 2024. **Anais** [...]. Vitória: UFES/ANCIB, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2455/1907>. Acesso em: 27 jan. 2026.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 4, jul./set. 1993. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/14105>. Acesso em: 27 jan. 2026.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FOSTER, Eugénia L. S.; SILVA, Alene C.; SILVA, Ana C. R.; CUSTÓDIO, Elivaldo. Religião e patrimônio: a apropriação do patrimônio cultural imaterial de Mazagão Velho-AP pela escola. **Revista da ABPN**, v. 9, edição especial, p. 127-15, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em:
http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Regime de Informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/v/323110>. Acesso em: 10 jan. 2025.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

QUERINO, Manuel. **A arte culinária na Bahia**. Salvador: Livraria Progresso, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, n. 44, p. 227-238, 1998. Disponível em:
<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LODY, Raul. **Santo também come**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

LOSS, Dulce Edite Soares. **Hungbê, um passado como referência: narrativas, experiência de ancestralidade nas práticas educativas no Ilê Axé Omilodé (João Pessoa-PB)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

LOSS, Dulce Edite Soares; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e mediação na linguagem musical do Candomblé. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: UFS/ANCIB, 2023. Disponível em:

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1361/1047>.

Acesso em: 10 jan. 2025.

MARTINIC, Sergio. Saber popular y Identidad. *In*: GADOTTI, Moacyr; TORRES, Carlo Alberto. (org.). **Educação Popular: utopia latino-america**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTELETO, Regina Maria. Educação e Informação: a distribuição da Informação na sociedade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 7-8, p. 46-60, 1986.

NASCIMENTO, Geysa Flávia C. L.; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Concepção Infomemorial no Campo da Ciência da Informação: aspectos teóricos e epistemológicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA/ANCIB, 2016.

RUSSO, Kelly; ALMEIDA, Alessandra. Yalorixás e educação: discutindo o ensino religioso nas escolas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 466-483, abr./jun. 2016.

RODRIGUES, Samara. **Entenda o que é Educação Antirracista**. 2023. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/entenda-o-que-e-educacao-antirracista>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SODRÉ, Muniz. Cultura e Educação. *In*: SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

MATEUS, Felipe. **Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade**. *Jornal da Unicamp*, 19 nov 2019. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade/>. Acesso em: 05 out. 2024.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Ewé: o uso das plantas na sociedade Iorubá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, Nova Iorque, v. 29, n. 2, p. 229-239, Mar./Apr. 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.